

Sarney adia vetos à Lei do Orçamento

SÃO LUÍS — Apesar de ter aprovado todas as recomendações do Ministro do Planejamento, o Presidente José Sarney resolveu adiar a assinatura sancionando o Orçamento Geral da União para o próximo ano com os vetos sugeridos por João Batista de Abreu. O Presidente aceitou vetar todo o artigo 5º da Lei Orçamentária, que prevê a rolagem das dívidas externas de Estados e Municípios contraídas com o aval da União. A fórmula apresentada pelo Congresso não será alterada.

O Ministro João Batista de Abreu ofereceu ao Presidente Sarney duas alternativas para os Estados e Municípios. A primeira, considerada mais eficiente pela área econômica do Governo, seria a concessão de créditos especiais do Governo Federal para que os Estados e Municípios devedores pudessem arcar com os pagamentos previstos no projeto original do Executivo. Desta maneira, eles só pagariam o montante aprovado pelo Congresso e saldariam a diferença

através desta linha de crédito. O Ministro não descartou, contudo, a possibilidade de a União avalizar operações de **relending** (reempréstimo de recursos depositados no Banco Central) na parcela cujo pagamento foi subtraído do Orçamento na Lei aprovada pelo Congresso.

— Nossa idéia é evitar vícios de constitucionalidade. Vamos manter o mesmo nível de pagamento previsto pelo Congresso Nacional — disse o Ministro, em entrevista no aeroporto do Tirirical, em São Luís.

A Lei Orçamentária só não foi assinada ontem, em despacho de duas horas que o Ministro do Planejamento teve com o Presidente na Ilha do Curupu, no litoral do Maranhão, porque o Congresso adiou a publicação do documento, devido a pequenas correções de última hora no arredondamento das colunas de receitas e despesas.

Com o adiamento, a decisão final sobre o Orçamento fica para a próxima segunda-feira, dia 2 de janeiro.